



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº. : 10120.002703/96-01  
Recurso nº. : 122.615 – Ex Ofício  
Matéria: : IRPJ/Contribuição Social  
Recorrente : DRJ em BRASÍLIA - DF  
Recomido : SOCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO DE AMIANTO  
Sessão de : 17 de outubro de 2000  
Acórdão nº : 103-20.399

LANÇAMENTO SUPLEMENTAR – FALTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA EMISSÃO – DECRETAÇÃO DE NULIDADE – ATENDIMENTO DE INTERPRETAÇÃO DO ÓRGÃO LANÇADOR.  
É nulo o lançamento que não atende integralmente as disposições do art. 11 do Decreto 70.235/72

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM BRASÍLIA-DF.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso ex officio, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CANDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 NOV 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NEICYR DE ALMEIDA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ MAIA (Suplente convocado), SILVIO GOMES CARDOZO E LÚCIA ROSA SILVA SANTOS. Ausente por motivo justificado o Conselheiro ANDRÉ LUIZ FRANCO DE AGUIAR.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA**

Processo nº : 10120.002703/96-01  
Acórdão nº : 103-20.399

Recurso nº. : 122.615  
Recorrente : DRJ em BRASÍLIA - DF

**RELATÓRIO**

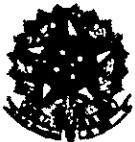
Recorre o I. Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília de sua r. decisão monocrática de fls.39/40, que exonerou o contribuinte dos lançamento de IRPJ/Contribuição Social, a troco de que as exações não se sustentariam dentro dos requisitos estabelecidos no art. 11 do Decreto 70.235/72. E assim, nos termos da IN 54/97, declarou a nulidade dos mesmos.

O apelo vem sustentado no art. 34, I, do mencionado Decreto, com a redação dada pela Lei nº 8.748/93.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. S. G. M." followed by a stylized surname.

A small, handwritten mark or signature consisting of a vertical line with a curved flourish at the top.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10120.002703/96-01  
Acórdão nº : 103-20.399

VOTO

Conselheiro Victor Luis de Salles Freire, Relator

O recurso tem o pressuposto de admissibilidade na medida em que os valores exonerados ascenderam a mais R\$ 500.000,00 (quinquzentos mil reais) e assim dele tomo o devido conhecimento.

No mérito estou em que a decisão se houve com o devido acerto e, em face da IN reportada, o lançamento suplementar não teria e não tem condições de admissibilidade.

Nego provimento ao Recurso de Ofício.

É como voto.

Sala das Sessões - DF., em 17 de outubro de 2000

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10120.002703/96-01  
Acórdão nº : 103-20.399

INTIMAÇÃO

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno do Primeiro Conselho de Contribuintes, aprovado pela Portaria Ministerial nº 55, de 16/03/98 (D.O.U. de 17/03/98).

Brasília-DF, em 10 NOV 2000

CÁNDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

Ciente em, 14.11.00

FÁBIO DO ROZARIO VALLE DANTAS LEITE  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL